

RENOVAÇÃO URBANA NA ORLA FLUVIAL DE BELÉM: USO SOCIOAMBIENTAL, TRABALHO E MORADIA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO PORTAL DA AMAZÔNIA

Resultados de pesquisas concluídas

GT15-Meio Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável

Iraneide Souza Silva¹
Sandra Helena Ribeiro Cruz²
Edna Maria Ramos de Castro³

Resumo

Este trabalho analisa o projeto de “Portal da Amazônia”, na orla fluvial sul de Belém, identificando os efeitos no cotidiano de moradia e trabalho como lugar de reprodução das formas socioambientais da vida rururbana. A pesquisa que deu origem a este trabalho é do tipo quali-quantitativa, de caráter interdisciplinar, apoiada na pesquisa documental, trabalho de campo, entrevistas informais e aplicação de questionários juntos a atores sociais residentes e/ou comerciantes envolvidos na cadeia comercial de produtos regionais em pontos da orla fluvial, com aporte teórico das ciências humanas, naturais e ambientais. Constata-se que essa cidade segue a tendência global do desenvolvimento com base nos grandes projetos urbanos como estratégia de renovação urbana de áreas tradicionalmente ocupadas.

Palavras-chave: Trabalho. Moradia. Projeto Portal da Amazônia.

Introdução

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, é uma importante metrópole amazônica, com população de 1.393.399 habitantes e densidade demográfica de 1.315,27 hab/km² (IBGE, 2010), distribuída em 71 bairros. A porção continental é composta pela Região Metropolitana (RMB), que engloba os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel.

Belém nasceu às margens do igarapé do Piri, como a primeira aglomeração urbana na Amazônia, no processo de conquista da região pela coroa portuguesa. A localização estratégica é marcada pela presença de rios e igarapés como dinamizadores da vida urbana (Moreira, 1966, p. 63). A Belém atual assume proporções de grande cidade, com adensamento populacional e forte verticalização das suas edificações. No entanto, também conserva ambiente natural, com Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e de mananciais, parques, bosques e fragmentos florestais, como também por um conjunto de 39 ilhas no seu entorno, que representa mais da metade do território municipal. Portanto, a cidade mantém

¹ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Embrapa Amazônia Oriental e Museu Paraense Emílio Goeldi; Assistente em Ciência e Tecnologia do Museu Paraense Emílio Goeldi.
E-mail: iraneide@superig.com.br

² Doutora em Ciências pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará; assistente social, docente adjunta IV da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: shelena@ufpa.br

³ Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEAUFPA) e pesquisadora do CNPq. E-mail: edna.mrcastro@gmail.com

fortes vínculos e inter-relações com as ilhas e os cursos d'água, inclusive na sua configuração socioespacial, reafirmando a perspectiva teórica que concebe a cidade como lugar de múltiplos usos e formas. Segundo Castro (2006):

A cidade representa formas múltiplas de ocupação do espaço, de apropriação dos territórios e de seus recursos e, por isso, lócus de tensão, de competitividade e de diferenciações que afetam a organização social no seu conjunto [...]. É também um território de ilhas. Contém centenas de pequenas e grandes ilhas que se espraiam pelos rios, quase delimitadas na entrada do mar pela ilha do Marajó. Em Belém são 39, e em Ananindeua, município contíguo a Belém e integrante da Região Metropolitana de Belém, contam-se 32 ilhas, que somadas às de outros municípios [...] e às existentes na baía do Marajó, ultrapassam uma centena (p. 13-21).

A maioria das ilhas localiza-se em ecossistemas de várzea⁴, sujeitos a inundações sazonais, por influência das marés. Em geral, são áreas densamente florestadas e com baixa densidade populacional, o que favorece a preservação ambiental, mesmo as de maior dimensão e ambiente urbano definido. A cobertura vegetal é abundante e diversa, com predominância de açaiçais, e outras espécies frutíferas, madeiras e oleaginosas, que são importantes para o sustento das populações locais, a conservação da fauna e as condições climáticas da região continental (Silva, S.B., 2010).

A condição natural da cidade possibilitou uma diferenciação nas formas de ocupação, com terrenos considerados altos e firmes e outros considerados baixos e muito úmidos, impróprios para a moradia. Entretanto, Belém adentra os anos 1970 com intenso crescimento demográfico, o que provocou disputas pelas terras urbanas, envolvendo instituições públicas, forças armadas, propriedades privadas e população de baixa renda, pois, com o esgotamento das melhores áreas pelo processo de verticalização da moradia, destinada aos segmentos médios e altos da sociedade, restando para os mais empobrecidos as áreas alagadas ou sujeitas a alagamentos, sem condições para se fixar moradias.

A cidade de Belém sofreu as transformações mais radicais devido aos processos de desorganização e reorganização dos espaços urbanos regionais, que assumem o papel de integração funcional da fronteira ao capital global. Num primeiro momento, esse processo foi caracterizado pela intensa ocupação de terras adquiridas pela União e destinada ao uso militar, no entorno da Primeira Légua Patrimonial. Entre 1964 e 1979, foram instaladas instituições educacionais e científicas, o que se convencionou chamar de “cinturão institucional”, completando o primeiro ciclo de ocupação urbana da cidade. Esta forma de ocupação culminou com o adensamento de áreas denominadas de “baixadas”, incluindo a orla fluvial.

Dessa forma, a população pobre começou a ocupação territorial pelas áreas consideradas abaixo do nível do mar, sem infraestrutura urbana, mas localizadas nos bairros centrais da cidade, fenômeno que ocorreu até meados dos anos 1990, quando se inicia um novo processo de ocupação, estimulado pela política de conjuntos habitacionais. Neste momento, tanto a população de baixa renda, quanto setores da classe média buscam ocupar as áreas localizadas no setor norte de Belém. Em 1996, a Prefeitura Municipal, por meio da Lei 7.806/96, ampliou para 71 o número de bairros em Belém, revogando a Lei 7.245/84. Com o reconhecimento legal desses bairros, Belém assumiu nova configuração, chegando ao século XXI com a organização territorial dividida em Distritos Administrativos (Figura 1).

Assim, as tensões e conflitos oriundos da forma desordenada de ocupação da terra urbana pressionaram o poder público a buscar soluções para o problema da falta de infraestrutura urbana nas áreas de baixadas, desenvolvendo vários programas de intervenção urbanística. Citam-se o Programa de Recuperação das Baixadas; o Programa de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Programa de Recuperação da Bacia do Tucunduba e, mais recentemente, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da

⁴ A várzea é um ecossistema relativamente aberto e apresenta rápido transporte e ciclagem de nutrientes (Silva, P.J.D. & Almeida, 2004, p. 40).

Estrada Nova (PROMABEN) e o projeto Orla, que compõem a intervenção urbanística “Portal da Amazônia”, que traz a lógica dos grandes projetos urbanos, com vistas à recuperação de áreas degradadas, transformando-as em ambiente de atração turística.

Percebe-se, então, que a lógica dos grandes projetos tem-se irradiado para o conjunto das metrópoles amazônicas, que são reestruturadas com grandes projetos urbanos, fundados nos investimentos em infraestrutura, passando a agregar maior valor econômico ao território. A fisionomia dessas cidades é, portanto, reconfigurada para torná-las atrativas para novas relações socioeconômicas e culturais. A lógica prevalente é a do modelo de planejamento estratégico, que está assentado em conceitos e técnicas do planejamento empresarial, conforme assinada Vainer (2002) quanto à gestão de cidades orientadas por esse modelo:

“na prescrição de modelos de gestão de cidades, tem tido destaque o denominado planejamento estratégico, propagado no Brasil e na América Latina pelas agências multilaterais (Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial) e por consultores internacionais [...]. Esse modelo foi inspirado nos conceitos e técnicas do planejamento empresarial e deve ser utilizado pelos governos locais, visto que as cidades enfrentam os mesmos desafios e condições que as empresas (p.75-76).

Ainda segundo este autor: “Uma das ideias-força do planejamento estratégico é a competitividade urbana, segundo a qual as cidades devem competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial, para atrair novas indústrias, negócios e força de trabalho qualificada” (Vainer, 2002).

O projeto Portal da Amazônia: realidade e renovação urbana na orla fluvial

As áreas de influência do Portal da Amazônia são caracterizadas por processos históricos de degradação socioambiental e marcadas pela escassez de investimentos públicos em infraestrutura urbana, reunindo os bairros localizados na parte central de Belém, mais especificamente em sua região sul. A história desses bairros se confunde com a história de ocupação das margens do rio Guamá, no início do século XX, a partir da expansão econômica de Belém, em diferentes momentos históricos. Foram adensados por grupos sociais e atividades facilitadas pelo acesso ao rio, sobretudo em relação à circulação de coisas e pessoas. Portanto, orla fluvial é uma característica marcante na paisagem, onde se percebe a interface entre o urbano e o rural, que permeiam aspectos da realidade metropolitana e ribeirinha, compartilhadas nesta fração da cidade.

No cenário atual, parte da população residente e trabalhadora da orla fluvial convive, desde 2005, com os impactos do Portal da Amazônia, que abrange os bairros pesquisados: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá, que somados têm 245.238 habitantes (IBGE, 2010), em área territorial de 9,5 km², da qual 7 km² sofrem intervenção do Portal da Amazônia, conforme a Figura 2.

No presente trabalho, o Projeto “Portal da Amazônia” é considerado um grande projeto urbano, como parte das ações da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) para reconfiguração territorial da orla fluvial sul de Belém. É composto pelo Projeto Orla, que visa à valorização de áreas centrais, por meio de atividades econômicas como lazer e turismo; e pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova-BHEN (PROMABEN), voltado ao saneamento das áreas alagáveis dos bairros atingidos (Cruz, 2012). Na visão da PMB, o projeto deverá mudar a frente da cidade, abrindo uma grande “janela” para o rio, melhorando o saneamento da área e incrementando o turismo (Prefeitura Municipal de Belém [PMB], 2010).

As ações propostas pela PMB incluem aterrizar o rio, remover pessoas e imóveis, retirar os portos, alargar ruas para o trânsito, articular ruas e travessas ligando o continente à “Beira-rio”, visando

“modernizar” a área central, segundo a lógica das “cidades-modelo”, construídas a partir da [...] ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais e redes mundiais de cidades, que buscam a cidade marketing (Sánchez, 2001 *apud* Cruz, 2012, p. 223).

Portanto, essa intervenção, embora concebida a partir do discurso da melhoria de vida para a população dos bairros que compõem a BHEN e para a população de toda a cidade de Belém, constitui-se em um grande projeto baseado em processos de renovação e gentrificação, expulsando compulsoriamente as formas tradicionais de vida, retirando daquele lugar atividades relacionadas à subsistência da população empobrecida que vive e trabalha na orla desde o início de sua ocupação, substituindo-as por atividades que representam o progresso e a modernidade (Cruz, 2012, p.224), no sentido da valorização econômica da cidade. Diante dessas questões, busca-se entender o significado de maior acesso ao rio, frente às propostas de substituir o lugar de morar e de trabalhar pelo de contemplar, como se pode visualizar nas Figuras 3a-b e Figura 4.

A orla fluvial sul de Belém: um espaço em transformação

Com extensão aproximada de 51 km em terrenos de Marinha, a orla fluvial de Belém foi, ao longo do tempo, ocupada por indústrias, comércios e serviços de grande e médio porte (44%), empresas e comércios de pequeno porte (33%) e galpões (5%). O Estado tem 9% dos terrenos e 2% utiliza essas áreas como moradia (Trindade Jr., Santos & Ravena, 2005). Com base no uso socioespacial, os mesmos autores propuseram uma subdivisão da orla fluvial em quatro zonas, dentre as quais se localiza a orla sul, com a seguinte descrição:

Orla Sul: extensão aproximada de 29,8 km, banhada pelo rio Guamá. Nesta área encontra-se a parte mais preservada da orla, nas áreas institucionais. Na direção da orla central, predominam fábricas, feiras, portos, comércios e áreas de moradia e lazer. Esta fração da orla é também ocupada por portos, trapiches e feiras, que fazem parte da logística necessária às atividades econômicas e sociais, e que expressam a materialidade da identidade ribeirinha da cidade (Figuras 5 e 6).

Os portos públicos localizados na orla sul, embora não contem com a infraestrutura adequada para as suas funções, desempenham papel importante para a economia regional e para a reprodução social das famílias que o utilizam, uma vez que os mesmos se constituem espaços de inter-relações entre o campo e a cidade, em que o rio assume a condição de elo entre essas duas dimensões da realidade social em Belém.

Trabalho e sociobiodiversidade: o papel dos portos públicos

Uma das preocupações acerca do Portal da Amazônia, diz respeito ao futuro dos portos públicos localizados às margens do rio Guamá. São dois os portos que integram a orla sul de Belém: Porto da Palha, com acesso pela Avenida Bernardo Sayão e Travessa Padre Eutíquio, até o trapiche onde os barcos atracam; e Porto do Açaí, localizado na Avenida Bernardo Sayão, próximo à Rua Fernando Guilhon, no bairro do Jurunas.

Para compreender a relevância desses portos para a subsistência de trabalhadores e para o escoamento de parte da produção agrícola e extrativista das ilhas de Belém e do interior do Pará, cujos produtos são introduzidos no mercado local através dos portos de Belém, a pesquisa volta-se ao universo de trabalhadores vinculados à cadeia comercial de produtos florestais não madeireiros (PFNM),

que se configuram como recursos da sociobiodiversidade⁵ regional, comercializados nos portos da Palha e do Açaí, conforme se observa na Figura 7 e na Tabela 1.

Os dados demonstrados revelam o potencial produtivo das ilhas e do interior paraense e, mais ainda, da valorização da sociobiodiversidade e da relação sociedade e natureza, que se adquirem em produtos com representação na economia local e na exportação, fundamentais para a subsistência de comunidades rurais, como também garantem trabalho e renda para uma parcela de trabalhadores em Belém, reforçando as interações rururbano, tendo como suporte as atividades comerciais nos portos públicos da orla sul de Belém.

Os estudos sobre o trabalho associado ao comércio de produtos resultantes da agricultura e extrativismo têm contribuído para descortinar este universo, que envolve múltiplos atores sociais, em espaços de feiras de produtores rurais, feiras temporárias e mercados nas cidades, a exemplo de Rocha et al. (2010), Sá, Costa e Tavares (2006) e Leitão e colaboradores (2010), que referenciam este estudo, na abordagem, entre outros temas, das formas de organização do trabalho nos portos públicos da orla fluvial de Belém, no comércio de produtos da sociobiodiversidade.

O Porto da Palha agrega o segundo maior contingente de trabalhadores, desde a madrugada, nas atividades do porto e da feira, com maior fluxo aos finais de semana. No Porto do Açaí, a movimentação ocorre 24 horas, durante quatro feiras diárias. Na organização do trabalho, predomina a iniciativa individual (52,18%) em que o feirante atua como vendedor, sem auxiliares. A do tipo familiar (42,03%) envolve os parentes que, em muitos casos, herdaram o ponto e continuam o trabalho dos pais ou avós, o que em muitos casos influencia no grau de conhecimento sobre os produtos que comercializam ao longo do tempo, que os distingue nos seus ofícios e se reflete no nível de satisfação no trabalho.

No universo pesquisado, a maioria dos trabalhadores permanece por mais de 30 anos na atividade (30,4%), porém, concentra-se na faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos, seguido dos que trabalham de 1 a 20 anos, na mesma faixa de renda. Os dados revelam que a experiência não se reflete no aumento da renda ao longo do tempo, mas na clientela que conquistam. Porém, a maioria pretende permanecer na atividade e, principalmente, no seu local de trabalho, inclusive com lutas e resistência à retirada dos portos públicos na orla fluvial. Entre os motivos, o mais significativo é a dependência dos espaços como meio de sobrevivência ou “ganha-pão”, além do vínculo pessoal, pelas relações de amizade, de parentesco e “freguesia certa”.

Essas atividades encontram na orla fluvial de Belém os espaços para o escoamento e comercialização, fazendo frente aos supermercados e hipercenters, que são a força empresarial no abastecimento da cidade. Esses espaços agregam outras formas de organização do trabalho, com a forte participação da população local, que mantém pontos comerciais associados às moradias, e contribuem no abastecimento e serviços, garantindo trabalho e renda para inúmeras famílias residentes nos bairros pesquisados, que atualmente sofrem os impactos do projeto “Portal da Amazônia”, que prevê, entre outras mudanças, a (des)territorialização dos moradores e retirada dos portos da Palha e do Açaí.

Portanto, a preocupação deste estudo quanto à permanência dos portos da Palha e do Açaí que, para além da função comercial, são relevantes na dinâmica social, enquanto locais de moradia e sociabilidades entre os moradores nos respectivos bairros (Silva, I.S., 2011), estende-se para o outro foco de pesquisa na área de influência do projeto Portal da Amazônia, voltada aos impactos sobre a questão da moradia, suscitando questões complexas e o aprofundamento dos estudos nesse espaço em transformação.

A (des) territorialização da moradia em Belém (PA): impactos do “Portal da Amazônia”

⁵ Termo que “expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (BRASIL, 2009). Foram identificados: frutas, verduras, óleos, fibras, sementes, peixes, mariscos, dentre outros.

A questão da moradia para o projeto Portal da Amazônia se reduz à prática social do deslocamento compulsório, cujo sucesso do projeto depende do remanejamento dos moradores e dos locais de trabalho. Pelo histórico dos bairros atingidos, sabe-se que são lugares antigos, áreas de moradia consolidadas, e sua constituição social seja de uma maioria empobrecida, cuja faixa de renda atinge, em média, três salários mínimos. Embora se trate de um programa de saneamento básico, o mesmo está afetando diretamente a questão da habitação na BHEN, uma vez que para a sua realização está desalojando centenas de famílias que viviam nas áreas de intervenção há cerca de 30 ou 40 anos e, à medida que as obras avançam, torna-se mais complexa, pois nas áreas afetadas várias são as situações encontradas: unidades com mais de um núcleo familiar, moradores com mais de 10 anos de residência e unidades domiciliares que além de funcionarem como moradias constituem-se em lugar de atividades econômicas.

Nesse sentido, ao tratar a questão da moradia, impactada pelo projeto, tornou-se, impossível não fazer referência à questão do trabalho, uma vez que a dinâmica estabelecida pelo projeto interferiu diretamente sobre as condições de trabalho das famílias atingidas, já que parte dos imóveis demolidos era lugar de moradia e de trabalho, ou seja, dos 436 imóveis cadastrados, 164 eram imóveis caracterizados como residência e comércio, sendo 145 definidos como “Unidades Comerciais” e 19 como “Unidades Mistas”.

As famílias entrevistadas revelam que após a intervenção do projeto são muitas as dificuldades, uma vez que as soluções garantidas restringiram-se ao auxílio-comércio ou a indenização e que, de acordo com os moradores “ao invés de ajudar, complicou ainda mais”. Os moradores que se encontram nessa situação afirmam que esperaram tanto tempo por essa intervenção na Estrada Nova, mas lamentam o prejuízo que sofreram com a sua chegada, conforme alguns depoimentos:

[...] O processo de desapropriação trouxe prejuízos, pois eu estava começando a me estabilizar financeiramente. [...] A renda reduziu muito só dá manter o aluguel da casa e do ponto comercial, tiramos a nossa filha menor da escola particular, e hoje praticamente [...] somente para suprir as necessidades mais básicas da família[...] Pra gente não foi bom não...bem ruim, que tiraram agente da onde agente tava trabalhando, onde a nossa venda era boa né?...[...] não quiseram nem saber pra onde agente iria, agente que tinha que procurar um local pra gente. Quando eles chegaram: olha o dinheiro tá na conta. Então agente teve que sair. Não queriam saber se agente tinha ou não tinha pra onde ir [...]. (entrevistas realizadas em 2012).

Assim, os moradores da BHEN, além de terem que conviver com os efeitos que o processo provocou sobre a condição de moradia, têm agora que redefinir também suas estratégias de trabalho, buscando superar as dificuldades ampliadas com o processo de remoção/remanejamento, tais como a indenização e o aluguel social como solução para o processo de (des)territorialização do trabalho e da moradia, que até o ano de 2012 estava afetando apenas 466 famílias, das 2.129 inicialmente desapropriadas.

Percebe-se que do total de famílias cadastradas, o projeto não conseguiu uma solução definitiva para a questão da moradia e do trabalho, como é o caso das famílias que se encontram no “auxílio-aluguel” e “auxílio-comércio”. O processo de negociação com a população atingida foi permeado de divergências, em decorrência principalmente dos seguintes aspectos: a) Não aceitação por parte dos moradores/proprietários dos valores de avaliação dos imóveis afetados; b) Indisponibilidade pela Prefeitura das unidades habitacionais para os moradores que tiveram seus imóveis avaliados em até R\$ 25 mil reais; c) Indisponibilidade de unidades comerciais para os comerciantes que tiveram suas unidades avaliadas em até 25 mil reais.

Tais aspectos revelam que entre o que a prefeitura planejou no âmbito do projeto e o que foi detectado nas áreas há grandes disparidades e divergências, em decorrência, em primeiro lugar, da falta de conhecimento mais detalhado da realidade a ser modificada pelo programa; em segundo lugar, em decorrência do alto adensamento demográfico e domiciliar nas áreas que compõem a BHEN e a total falta de mobilização e articulação, pelos gestores públicos, da população moradora das áreas, tornando o diagnóstico socioeconômico inconsistente.

Ainda em relação ao impacto sobre a moradia, pode-se afirmar que as soluções apontadas resolvem a demanda do programa, aplicando o remanejamento das famílias, mas não resolvem a situação de moradia, pois, de acordo com as reivindicações do movimento social em defesa da reforma urbana, programas como esse deveriam prever a construção de unidades habitacionais nas próprias áreas de intervenção, evitando ao máximo o remanejamento ou a vulnerabilidade das famílias atingidas, como é o caso das centenas de famílias submetidas ao auxílio-aluguel, sem previsão de serem reassentadas em novas unidades habitacionais em curto prazo.

Nesse contexto, Belém incorpora em seus projetos as estratégias do desenvolvimento sustentável, a partir de grandes intervenções urbanísticas, de modo a tornar a cidade mais moderna e mais atrativa. A análise sobre grandes projetos urbanos nas metrópoles amazônicas revela que a lógica inerente à concepção de formação e estruturação das cidades é historicamente determinada por concepções e práticas colonizadoras, que se renovam no espaço e no tempo.

Conclusões

Os impactos do projeto “Portal da Amazônia” nas condições de moradia e de trabalho na orla sul da cidade de Belém permitem múltiplas possibilidades de análise. Trata-se de um processo de reconfiguração socioespacial, em que são substituídas formas tradicionais de ocupação por moradia e trabalho, junto com a precarização e falta de infraestrutura, por novos padrões produtivos, de ocupação e de verticalização do espaço.

Nas questões referentes ao trabalho, os portos públicos da orla sul permitem a reprodução socioeconômica de grupos sociais, com mais de 300 trabalhadores no mercado informal, envolvidos na comercialização de produtos da sociodiversidade, que têm impacto na economia regional e potencial de exportação, fortalecendo as interações rururbanas, frente aos grandes grupos empresariais no abastecimento da cidade.

No cenário atual, percebe-se que os reflexos do “Portal da Amazônia” vêm transformando o *modus vivendi* de grupos sociais na orla sul de Belém. São vários os problemas enfrentados por moradores e trabalhadores no bojo desse grande projeto urbano que, embora traga na sua formulação a proposta de melhoria habitacional, esta não se constitui em política habitacional, e sim uma consequência da intervenção urbanística. Por essa perspectiva, afirma-se que o direito à cidade e o direito à moradia digna vão sendo distanciados ou se reduzindo às práticas urbanísticas que têm na “renovação-deportação” a sua principal ação.

Diante dessas complexidades, a orla fluvial sul de Belém converte-se em um território de lutas pela permanência dos portos públicos, que historicamente permeiam os vínculos sociais, culturais e econômicos entre o urbano e o rural, estendendo-se às demandas sociais pela moradia digna, suscitando o aprofundamento dos estudos nesse espaço em transformação.

Referências

Brasil-Ministério do Desenvolvimento Agrário (2009). *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília: MDA; MMA; MDS,.

Castro, E. (2008). Urbanização, pluralidades e singularidades das cidades amazônicas. En E. Castro (Org.). *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume.

Castro, E. (Org.). (2006). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP (pp.219-246).

Cruz, S.H.R. (2012). *Grandes Projetos Urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus*. Tese de Doutorado não publicada, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Acesso em: 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>.

Leitão, W. M. (Org.) (2010). *Estudos antropológicos no mercado de Belém*. Belém: NAEA (pp. 103-132).

Moreira, E. (1966). *Belém e a sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária.

Prefeitura Municipal de Belém. (2003). *Estudo de Impacto Ambiental do Programa de Recuperação Urbana e Ambiental da Estrada Nova - PROMABEN*. Belém: Engesolo Engenharia Ltda., PMB.

Prefeitura Municipal de Belém. (2010). *Prefeitura debate "Portal da Amazônia" com sociedade*. Acesso em: 21 julho 2010. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/portal/new/index.php?option=com_content&view=article&id=963&catid=58:noticias&Itemid=71>.

Rocha, H. C. et al. (2010). Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. *Cienc. Rural*, 40(12), 2593-2597

Sá, M.E.R., Costa, S.M.G. & Tavares, L.P.O. (2006). O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: Cardoso, A.C.D. (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes Olhares em Perspectivas*. Belém: EDUFPA (pp. 113-160).

Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (2012). *Anuário Estatístico do Município de Belém*, v. 17. Belém: SEGEP (440p).

Silva, I.S. (2011). *Trabalho e sociobiodiversidade: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Belém.

Silva, P.J.D. & Almeida, S.S. de. (2004). Estrutura ecológica de açazais em ecossistemas inundáveis da Amazônia. Em Jardim, M.A.G., Mourão, L. & Groissman, M. *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: MPEG (pp. 37-52).

Silva, S.B. (2010). *Belém e o ambiente insular*. Belém: UFRA.

Trindade Júnior, S.-C., Santos, E.R.C & Ravena, N. (2005). A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. En S.-C. C. Trindade Júnior & M.A.P. Silva (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA (p. 12-43).

Vainer, C.B. (2000). Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. En O. Arantes, C. Vainer & E. Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (2ª Ed.) Petrópolis: Vozes (pp. 75-119).

Notas de rodapé:

1. A várzea é um ecossistema relativamente aberto e apresenta rápido transporte e ciclagem de nutrientes (Silva, P.J.D. & Almeida, 2004, p. 40).
2. Termo que “expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (BRASIL, 2009). Foram identificados: frutas, verduras, óleos, fibras, sementes, peixes, mariscos, dentre outros.

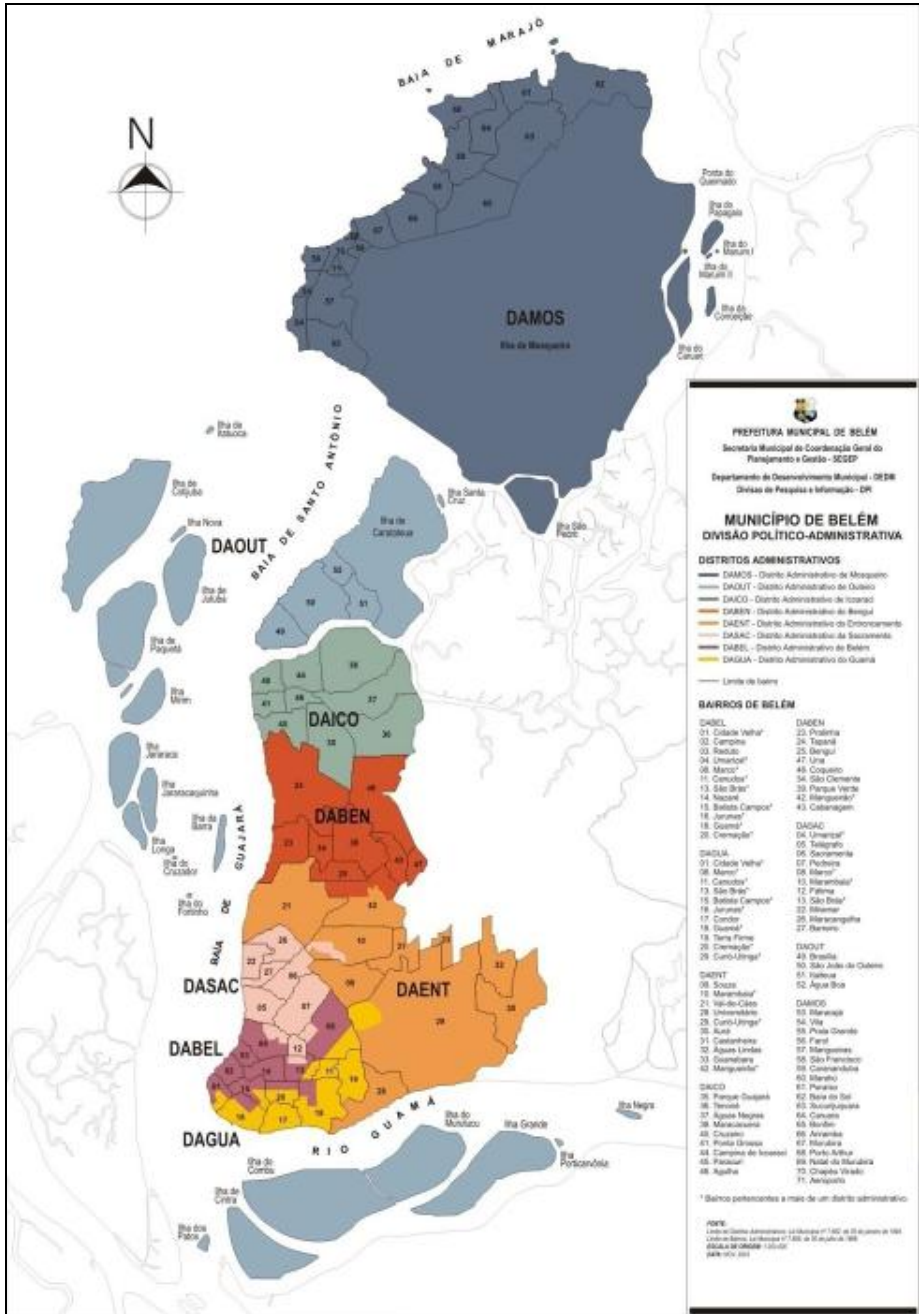
Tabela 1. Principais produtos provenientes de municípios do estado do Pará.

Municípios/localidades	Principais produtos
Abaetetuba	Frutas regionais, verduras, plantas medicinais e ornamentais, óleos, pescado
Acará	Frutas regionais; mandioca e derivados, plantas medicinais, mel, pescado
Almeirim	Pescado
Altamira	Óleos vegetais
Americano	Mandioca e derivados
Ananindeua	Plantas medicinais, verduras
Barcarena	Frutas regionais, óleos vegetais, mandioca e derivados
Benevides	Frutas regionais
Benfica	Frutas regionais
Boa Vista	Frutas regionais
Bragança	Frutas regionais, pescado, mariscos, mandioca e derivados
Breu Branco	Óleos vegetais
Bujaru	Frutas regionais, mandioca e derivados
Cametá	Frutas regionais, óleos vegetais, mel, pescado
Capanema	Mandioca e derivados
Castanhal	Frutas regionais, verduras, óleos vegetais, mandioca e derivados
Colares	Mariscos
Currálinho	Mariscos
Curuçá	Óleos vegetais
Icoaraci	Pescado
Igarapé-Açu	Frutas
Igarapé-Miri	Óleos vegetais
Ilha do Marajó	Frutas regionais, óleos vegetais, pescado, mariscos
Marabá	Frutas regionais
Marituba	Verduras
Marudá	Pescado
Moju	Fruta regional, plantas medicinais, mandioca e derivados
Mosqueiro	Fruta regional, pescado, mariscos
Óbidos	Pescado

Paragominas	Óleos vegetais
Periquitaquara	Frutas regionais
Quatipuru	Mariscos
Ponta de Pedras	Plantas medicinais
Região das Ilhas	Frutas regionais, plantas medicinais, mariscos, pescado
Salinas	Pescado
Santa Isabel	Verdura, plantas medicinais, mandioca e derivados
Santa Maria do Pará	Mandioca e derivados
Santarém	Pescado
Santo Antonio do Tauá	Frutas regionais, mandioca e derivados
São Caetano de Odivelas	Pescado, mariscos
São Domingos do Capim	Frutas regionais, mandioca e derivados
São João de Pirabas	Pescado
São Miguel do Guamá	Frutas regionais
São Sebastião da Boa Vista	Mariscos
Terra Santa	Óleos vegetais
Tomé-Açu	Frutas regionais
Tucuruí	Pescado
Vigia	Verduras, pescado, mariscos

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: Iraneide Silva.

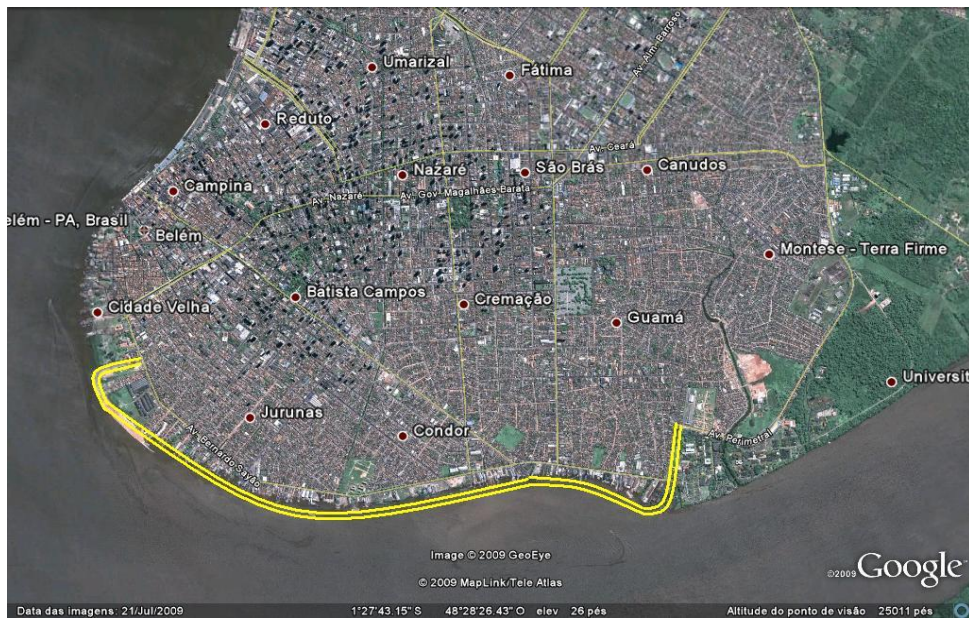
Figura 1: Divisão político-administrativa de Belém, por distritos administrativos, bairros e região



ilhas.

Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém (2010).

Figura 2: Área na orla fluvial sul da cidade de Belém delimitada para a intervenção do Portal da Amazônia.



Fonte: Google, 2011. Extraído de Cruz (2012).

Figura 3a-b: Orla fluvial sul de Belém após intervenção urbanística do Portal da Amazônia, em sua primeira etapa.



a)



b)

Fonte: www.skyscrapercity.com

Figura 4: Área da orla fluvial sul, após a primeira etapa do Portal da Amazônia.



Fonte: www.diarioonline.com.br

Figura 5: Movimento de barcos nos portos públicos na orla sul.



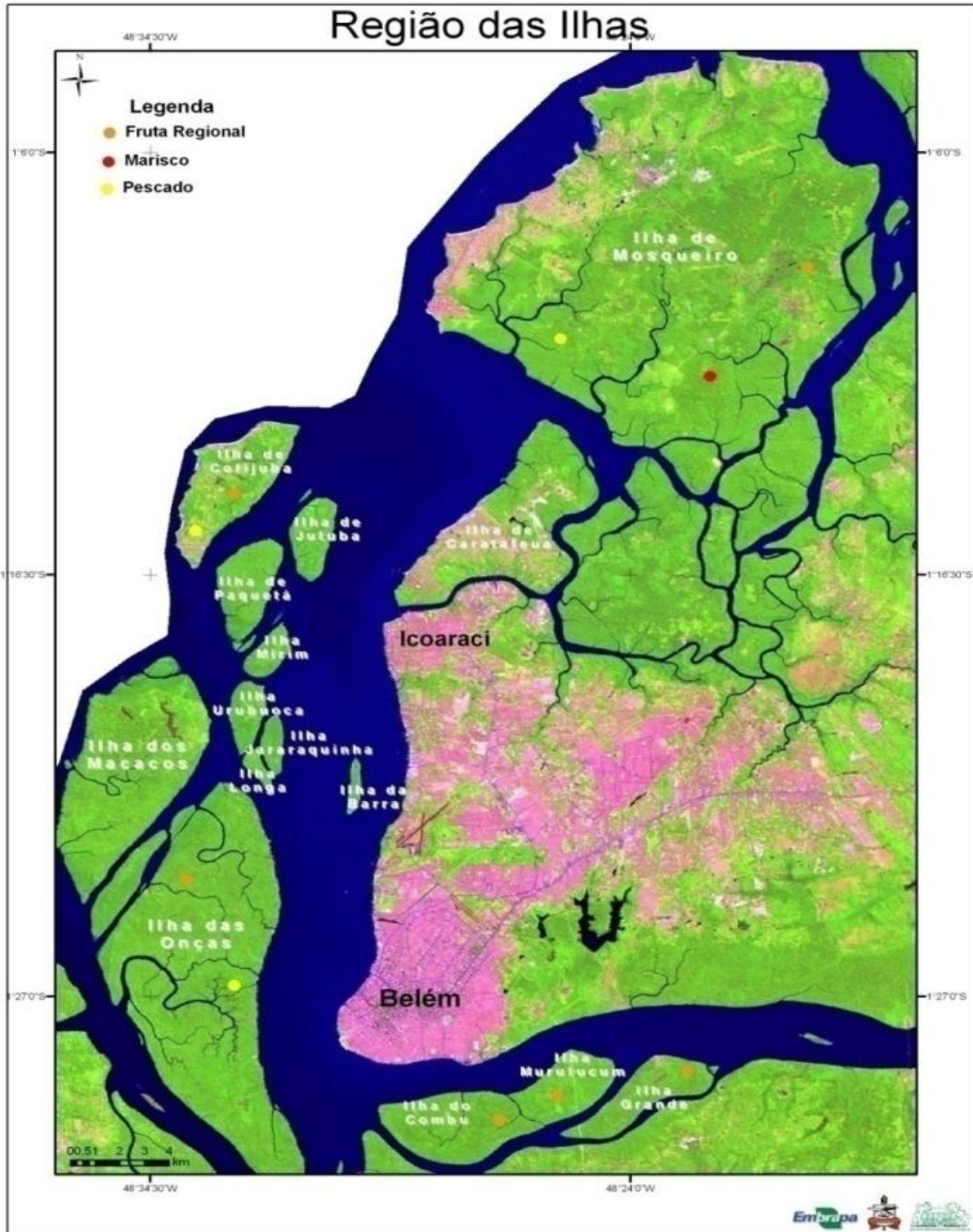
Foto: Iraneide Silva, 2011.

Figura 6: Desembarque de produtos nos portos públicos na orla sul.



Foto: Iraneide Silva, 2011.

Figura 7: Principais produtos da Região das Ilhas de Belém.



e: Trabalho de Campo. Elaboração: UAS/MPEG, Font 2011.

Nota das autoras:

Iraneide Souza Silva

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Embrapa Amazônia Oriental e Museu Paraense Emílio Goeldi; Assistente em Ciência e Tecnologia do Museu Paraense Emílio Goeldi.

E-mail: iraneide@superig.com.br

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Doutora em Ciências pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará; assistente social, docente adjunta IV da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará.

E-mail: shelena@ufpa.br

Edna Maria Ramos de Castro

Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França.

Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEAUFPA) e pesquisadora do CNPq. E-mail:

edna.mrcastro@gmail.com